

Folha de S. Paulo

26/5/1984

Agropecuária

Cana-alimentos pode mudar rumos do Proálcool

MURILO CARVALHO

Especial para a "Folha"

Implantado há quase 10 anos, o Proálcool veio granjeando inimigos persistentes e defensores incondicionais. As principais acusações ao programa sempre foram centradas em três pontos fundamentais. O aumento da área plantada com cana, nas terras mais nobres e de maior fertilidade, estava se dando em detrimento da produção de alimentos básicos. Além disso, o Proálcool vinha forçando uma excessiva concentração de terras, aumentando o número de pequenos produtores que acabavam vendendo suas propriedades e migrando para as cidades, quase sempre para sub-empregos. E em terceiro lugar, uma crítica do ponto de vista técnico: como uma monocultura, a plantação de cana para o Proálcool, em grandes extensões, estaria contribuindo para a degradação do solo.

Argumentando que nenhuma dessas afirmações tem muita consistência, principalmente tendo em vista a expressiva criação de empregos gerados pelo Proálcool, usineiros e plantadores de cana, entretanto, parecem ter decidido enfrentar alguns problemas de outra forma. Assim, a partir de estudos do Planalsúcar, órgão técnico de pesquisas do IAA-Instituto do Açúcar e do Alcool, começaram a ser implantados, experimentalmente, projetos de consorciação e rotação de cana com vários outros alimentos, como o feijão, o milho, o arroz e mesmo hortaliças e legumes. Utilizando, inicialmente, a velha experiência do cultivo "casado", tradicional em todo o Centro Sul, principalmente nas culturas de feijão e milho, os técnicos do Planalsúcar passaram a buscar respostas mais satisfatórias na produtividade da cana e da cultura consorciada.

Durante a semana passada, na sede da Coordenadoria Regional Nordeste do IAA, em Rio Largo, Alagoas, o 3o. Simpósio Nacional de Consorciação de Culturas com a Cana de Açúcar, mostrou os resultados das pesquisas obtidos nos últimos anos em todas as regiões canavieiras do País. E apesar de ainda não se ter chegado a conclusões definitivas, principalmente em relação às variedades a serem utilizadas — tanto da cana como das culturas consorciadas — os resultados têm se mostrado animadores.

O agrônomo Antonio Carlos Lombardi, responsável pelo projeto Cana e Alimentos, afirma que com as informações tecnológicas de que já se dispõe, pode-se considerar que a consorciação é perfeitamente viável, restando ainda à pesquisa, entretanto, o papel de definir melhor as variedades e tratos culturais capazes de fazer com que a produtividade das plantas sejam tão boas como quando são cultivadas isoladas. "Mas o fundamental já foi feito", explica Lombardi. "Nos últimos três ou quatro anos, experimentos realizados em várias regiões demonstraram a capacidade enorme da produção de alimentos junto com a cana. Para se ter uma idéia, considerando os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Alagoas e Paraíba, cujas áreas com a cana totalizam 3.110.330 hectares, se utilizarmos os 25% dessa área que, normalmente, são reformadas a cada ano, para o plantio de arroz, milho, feijão, amendoim ou soja, teremos um aumento de 7% nas áreas plantadas com essas culturas, obtendo uma produção adicional de 1,66 milhão de toneladas desses grãos. Essa produção ajudaria a manter, também, cerca de 50 mil trabalhadores, que normalmente são dispensados no período da entressafra".

Lombardi afirma ainda que além do plantio em áreas de renovação da cana, o cultivo, principalmente do feijão, nas entrelinhas, também tem se mostrado relativamente satisfatório, não atrapalhando a produtividade da cana e propiciando uma colheita razoável de feijão, aumentando, assim, o rendimento total do produtor. Considerando que a maioria dos produtores de cana trabalham em propriedades relativamente pequenas, principalmente no Nordeste, o plantio intercalar seria um poderoso auxílio para a sobrevivência familiar.

Mas outros benefícios técnicos foram apontados durante os debates do Simpósio de Alagoas. "Além da produção de alimentos, tão importante neste momento em que começamos a importá-los, esse tipo de cultivo contribui muito para a recuperação do solo, favorecendo o equilíbrio econômico", afirma o agrônomo José de Souza Mota, responsável pelo projeto em Minas Gerais. "E depois," garante ele, "o programa está sendo desenvolvido tendo em vista as diferenças regionais, com pesquisas em cada uma das áreas de cana do Brasil, para que se estabeleça com precisão quais os tipos de alimentos devem ser consorciados ou plantados em rotação".

Política agrícola

Em todo caso, se o que ficou demonstrado nas exposições dos pesquisadores em Rio Largo chegou a entusiasmar plantadores e usineiros, uma outra questão não pode deixar de ser levantada: como conseguir dinheiro para que os produtores possam também semear alimentos junto ao canavial? "A falta de crédito é um problema crônico para o produtor", afirma Celson de Oliveira Mendes, da Coperflu, do Rio de Janeiro, "e de nada vai adiantar todo esse trabalho da pesquisa se não houver uma mudança na política agrícola do governo".

Na verdade, o projeto Cana e Alimentos só terá condições de se impor, em larga escala, se houver um sistema de crédito de custeio e comercialização voltado para o produtor de cana, uma vez que, de nada vai adiantar produzir amendoim ou feijão ou arroz, se não houver na região de plantio, armazéns, secadores, e possibilidade real de comercialização. Além disso, como as culturas intercalares costumam ser bem mais arriscadas do que a cana, é preciso dar ao produtor alguma garantia, porque senão ele corre o risco de perder no feijão ou no arroz o que ganhou na cana.

Várias propostas foram feitas durante o Simpósio, no sentido de viabilizar o Cana e Alimentos, mas uma ajuda na solução de uma questão fundamental, a situação do trabalhador dos canaviais, dos bóias-frias que cuidam do corte da cana, talvez possa vir a ser um dos principais benefícios do programa. Trata-se de fazer com que toda essa produção, principalmente nas usinas e nos grandes fornecedores, seja entregue aos próprios trabalhadores volantes, que possivelmente organizados pelos seus sindicatos, constituiriam cooperativas de trabalho capazes de comercializar a produção que retirariam das áreas de canaviais, num regime de arrendamento. Assim poderiam permanecer trabalhando o ano todo, tendo uma renda melhor, capaz de melhorar um pouco sua qualidade de vida, tão difícil por causa dos salários baixos e dos poucos meses de trabalho de que dispõem a cada ano.

Murilo Carvalho viajou a convite da Planalsúcar

(Página 11 — Folha Agropecuária)